



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE

2025



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria de Gestão
e Recursos Humanos*





Sumário

Introdução	3
Parte I: Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica	6
.....	
Parte II: Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?	10
Parte III: Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisações Conceituais	13
Parte IV: O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável	16
Parte V: Gestão pública e sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades	19
Referências	22

Introdução

O Cio da Terra

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão ...
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel ...
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão ...*

Composição: Chico Buarque / Milton Nascimento

Foi com muita alegria e satisfação que aceitei o convite para a elaboração do curso Políticas Públicas para a Sustentabilidade e desta apostila que foi criada para ser usada nele. O curso elaborado dentro do Eixo Sustentabilidade e da Estação Gestão Sustentável da ESESP (Escola de Serviço Público do Espírito Santo) será lecionado de forma presencial e possui 20 horas. O objetivo do curso é “Compreender os impactos socioambientais como decorrentes dos processos econômicos e a necessidade de Políticas Públicas para a Sustentabilidade como formas de uma intervenção mais incisiva do Estado à regeneração da capacidade de suporte dos ecossistemas”. “Conhecer os desejos da terra, fecundar o chão” são trechos dessa linda música que nos lembra de sustentabilidade, que nos lembra de nos organizarmos e realizar ações que possam contribuir para manter vivas as plantas, os animais, outros seres vivos e também preservar ao máximo tudo que não é vivo (água, ar, rochas, etc.), mas que são necessários para a manutenção da vida em nosso planeta.

Este curso sobre Políticas Públicas para a Sustentabilidade foi elaborado a partir seguinte Ementa: Origem e evolução histórica das Políticas e Estratégias de desenvolvimento sustentável. Obstáculos às ações e aplicações das políticas públicas sustentáveis. Sociedades sustentáveis. Prioridades socioambientais para o desenvolvimento. Desenvolvimento, Economia, Sociedade e Meio Ambiente. Estado, Sociedade, Mercado e boas políticas desenvolvimentistas. O terceiro setor e a questão da sustentabilidade. Gestão pública sustentável.

O curso possui 20 horas e estas foram divididas em cinco aulas de 04 horas cada e seu conteúdo ficou assim distribuído: - 02 horas do primeiro dia de aula para a apresentação do Plano de Ensino da Disciplina, para a dinâmica de apresentação e para a definição de regras de convivência durante o curso. Depois da dinâmica de apresentação e da definição de regras de convivência teremos mais 02 horas de aula neste mesmo dia e neste período de tempo será discutido o Texto 1: Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica; - No segundo dia de aula teremos 04 horas para a realização de um estudo dirigido em dupla sobre o Texto 2: Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? Será reservado um período de tempo na parte final desta aula para a discussão, correção e o recolhimento do estudo dirigido; - As primeiras 02 horas do terceiro dia de aula estão reservadas para as/os cursistas assistirem e debaterem o Documentário “sustentabilidade e os novos modos de viver” de 28 minutos. Nas 02 horas finais deste mesmo dia de aula será discutido o Texto 3: Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisações Conceituais; - No início do quarto dia de aula 02 horas foram reservadas para as/os cursistas assistirem e debaterem a entrevista: “Sustentabilidade no Terceiro Setor” de 40 minutos. Nas 02 horas seguintes deste mesmo dia de aula será discutido o Texto 4: O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável; - No quinto dia de aula do curso reservamos 03 horas para discutir o Texto 5: Gestão pública e sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades. E para concluir este dia de curso foi reservada a última hora para ser realizada uma avaliação individual e coletiva do curso e também o encerramento dele.

Seguindo o compromisso contínuo da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp) em promover a excelência na formação dos servidores públicos esta apostila contribuirá para capacitar servidores públicos para o exercício eficiente e efetivo de suas funções, por intermédio de conteúdos essenciais à compreensão do contexto institucional do Estado, da administração e da gestão de processos presentes na elaboração, na execução ou na avaliação de Políticas Públicas para a Sustentabilidade. Após este curso esses servidores públicos irão potencializar suas atuações, podendo identificar os desafios e as oportunidades presentes nas suas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Escola de Serviço Público do Espírito Santo - Esesp

equipes de trabalho, se tornando mais proativos, tendo mais iniciativa para colocar boas ideias sobre Políticas Públicas para a Sustentabilidade em prática, contribuindo assim para solucionar dificuldades que podem estar presentes na administração pública.

Cada aula irá usar um texto e por isso cada Parte/aula possui o mesmo nome do texto que será usado. Parte I: Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica; Parte II: Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?; Parte III: Desenvolvimentismo e Novodesenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisoões Conceituais; Parte IV: O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável; Parte V: Gestão pública e sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades.

Parte I

Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica

Este pequeno texto tem o objetivo de oferecer elementos para o entendimento sobre desenvolvimento sustentável a partir de uma perspectiva econômico-ecológica. Desde que surgiu nos anos 1970, com o nome de ecodesenvolvimento, sua definição mais precisa tem sido objeto de controvérsias¹. Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado). No pós segunda guerra os dois primeiros critérios estavam presentes no debate sobre desenvolvimento econômico, mas o terceiro é novo. As expressões “crescimento econômico sustentado” e “crescimento econômico excludente” opunham a corrente “mainstream” neoclássica às correntes heterodoxas, marxistas e estruturalistas. Para a primeira, o crescimento econômico sustentado estava aberto como possibilidade a todos os países, sendo uma condição necessária e suficiente para a inclusão social. Para a segunda, ao contrário, o crescimento econômico e seus benefícios eram para poucos, para os países capitalistas centrais. Marxistas e estruturalistas discordavam entre si, entretanto, em relação às causas do fato. Todos rejeitaram, porém, a ideia de limites ambientais ao crescimento tal como proposta pelo Clube de Roma (Romeiro, 2012, p. 65). O problema ambiental é visto basicamente como um problema de falha de mercado em razão da natureza de bens públicos de recursos naturais como o ar, a água, gerando um problema de externalidade negativa.

Nesse sentido, a política ambiental mais eficiente é aquela que cria as condições para que os agentes econômicos “internalizem” os custos da degradação que provocam. A ação do Estado se faz necessária apenas para corrigir essa falha de mercado, seja por meio da privatização, seja por meio da precificação dos recursos naturais. Uma vez corrigidas essas falhas, de modo a garantir a correta sinalização econômica da escassez relativa desses serviços ambientais, a dinâmica de alocação intertemporal de recursos com base em avaliações custo-benefício tenderia a se processar de modo eficiente, não havendo problemas de incerteza e de risco de perdas irreversíveis. Reconhece-se, entretanto, que nem todos dessa corrente aceitaram essas conclusões lógicas a partir das premissas assumidas, admitindo-se que existem muitas situações em que se deve optar pela preservação de um dado ecossistema em função de sua importância e insubstituíbilidade (Romeiro, 2012, p. 66).

¹ Veiga (2005) apud Romeiro (2012), p. 65.

Segundo Romeiro (2012) a proposição conciliadora dos ecodesenvolvimentistas é baseada em um conceito normativo sobre como pode e deve ser o desenvolvimento: é possível manter o crescimento (maior lucro) econômico eficiente (sustentado) no longo prazo, acompanhado da melhoria das condições sociais de vida (distribuindo renda) e respeitando o meio ambiente. No entanto, o crescimento econômico eficiente é visto como condição necessária, porém não suficiente², para a elevação do bem-estar humano, pois a desejada distribuição de renda (principal indicador de inclusão social) não resulta automaticamente do crescimento econômico, o qual pode ser socialmente excludente. São necessárias políticas públicas específicas desenhadas para evitar que o crescimento beneficie apenas uma minoria; do mesmo modo, o equilíbrio ecológico pode ser afetado negativamente por esse tipo de crescimento econômico, podendo limitá-lo no longo prazo, sem o concurso de políticas ecologicamente prudentes que estimulem o aumento da eficiência ecológica e reduzam o risco de perdas ambientais potencialmente importantes.

Para a Economia Ecológica a expansão da economia é um subsistema do meio ambiente e isso representa um limite absoluto. Por definição um subsistema não pode ser maior que o sistema que o contém, seu tamanho em relação ao todo tem por limite sua capacidade de carga (carrying capacity) dada por limiares de resiliência ecossistêmica. Essa é uma das premissas fundamentais da economia ecológica que tem sua origem no trabalho de Kenneth E. Boulding. Para ilustrar dessa ideia, Boulding³ recorre à analogia da “economia cowboy” e da “economia espaçonave”. Na “economia cowboy”, o subsistema econômico – o cowboy nas grandes planícies – não tem massa crítica o suficiente para provocar algum impacto ecossistêmico irreversível importante; na “economia espaçonave”, o tamanho do subsistema econômico – a tripulação da espaçonave – é suficientemente grande para colocar em risco a sua própria sobrevivência se os recursos disponíveis não forem manejados cuidadosamente. O capital não substitui serviços ecossistêmicos essenciais (recursos naturais - capital natural), mas estes são complementares ao

² Existe aquele comentário presente nas ruas que afirma: Ninguém como PIB, as pessoas precisam de comida.

³ Boulding (1966) apud Romeiro (2012).

capital e/ou trabalho. O tamanho atual do subsistema econômico e a rapidez de sua expansão aproximam o planeta (a “espaçonave terra”) da “economia espaçonave” (Romeiro, 2012, p. 78).

As atividades humanas criam efeitos termodinâmicos desequilibrantes e estes resultam de duas fontes:

A primeira fonte de desequilíbrio é a própria expansão da ocupação humana do espaço. Ricos ecossistemas estuarinos cedem lugar a cidades e portos; enormes espaços de natureza são transformados radicalmente pela agro-silvo-pecuária. A segunda é a introdução de materiais e energia provenientes de fontes exógenas ao sistema. Os minerais presentes na crosta terrestre em níveis de concentração (minas) que justificam economicamente sua exploração encontram-se inertes, isto é, não interagem ou interagem apenas marginalmente com as atividades biológicas na ecosfera. As atividades de mineração, transformação e consumo desses materiais resultam na produção de resíduos que serão dispersos na ecosfera, forçando os ecossistemas a processos adaptativos para absorvê-los. Dependendo da quantidade, esses resíduos representam uma fonte de poluição capaz de afetar, ou mesmo destruir [...] ecossistemas (Romeiro, 2012, p. 79).

Muitas atividades humanas também criam riscos ambientais. Estes referem-se a ameaças ao meio ambiente que podem resultar em danos ecológicos significativos, tais como a crise climática em evidência, os nanoplásticos, as temperaturas extremas espalhadas pelo globo, a poluição do ar, dos rios e dos mares, risco de acidentes, tais como o rompimento de barragens de rejeitos, etc. Os riscos ambientais influenciam profundamente as discussões sobre desenvolvimento sustentável, levando a um reexame de estratégias e políticas que possam garantir um futuro viável para o planeta. É crucial implementarmos políticas que minimizem os riscos ambientais, mesmo que isso implique em custos econômicos elevados, pois a preservação do meio ambiente é fundamental para a sustentabilidade a longo prazo.

Existem algumas iniciativas de Desenvolvimento Sustentável ocorrendo pelo mundo e podem ser agrupadas em três núcleos importantes: 1. Políticas de Energia Renovável - Estas políticas demonstram a transição para fontes de energia limpa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e promovendo a sustentabilidade energética; 2. Programas de Inclusão Social - São Programas que integram comunidades marginalizadas, promovendo o crescimento econômico enquanto asseguram a equidade social e a proteção ambiental; 3. Projetos de Conservação

Ambiental - Estes são iniciativas que visam proteger ecossistemas e biodiversidade, mostrando que a conservação pode coexistir com o desenvolvimento econômico.

Segundo Romeiro (2012) o debate sobre crescimento zero ou mesmo decrescimento vem aumentando fortemente nos últimos anos e nele há dois problemas a serem enfrentados simultaneamente para alcançar o chamado Estado Estacionário: a) o problema de parar o crescimento sem gerar crise socioeconômica; b) o problema das expectativas de consumo em sociedades de consumo. Aceitar restrições ambientais que envolvam algum tipo de sacrifício em benefício de populações de outros países e/ou de um futuro longínquo implica, forçosamente, uma certa dose de altruísmo, em especial se essas restrições visam parar o crescimento econômico. Esse necessário altruísmo legitimador de políticas de crescimento zero poderá ser reforçado pela percepção crescente de que o nível de conforto material atual é mais do que suficiente e que continuar o esforço de crescimento produzirá o que chamam de “crescimento não econômico”, onde o aumento da satisfação (utilidade - benefícios) trazido pelo crescimento econômico será menor do que o aumento da insatisfação (desutilidade - malefícios).

Parte II

Economia, sociedade e meio ambiente no século 21:

tripé ou trilema da sustentabilidade?

O progresso da humanidade ocorreu de forma lenta na maior parte da história, mas adquiriu uma dimensão exponencial nas últimas décadas, com a aceleração das atividades antrópicas do pós segunda guerra. A expansão da produção de bens e serviços foi turbinada pela busca frenética do lucro na economia capitalista, pelo petróleo barato, pelo desenvolvimento tecnológico e contribuiu para uma melhoria significativa na qualidade de vida de bilhões de pessoas. Entretanto, o crescimento econômico tem se baseado no uso insustentável de recursos não renováveis, na redução da biodiversidade, na concentração de dióxido de carbono na atmosfera e na acidificação dos oceanos, além de ter gerado fossos cada vez maiores entre ricos e pobres (Martine; Alves, 2015, p. 434).

Este texto apresenta um estudo da crise ambiental que sintetiza a natureza da problemática e analisa as interações entre seus principais condicionantes econômicos, sociais, demográficos e políticos, demonstrando algumas limitações para o tão sonhado desenvolvimento sustentável. Infelizmente, este termo passou a ser um oxímoro, pois o desenvolvimento que conhecemos é tudo menos sustentável. O tripé da sustentabilidade: “econômico, social e ambiental”, que foi o mote da Rio+20 passou a ser um trilema. Ou seja, está a cada dia mais difícil conciliar crescimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade ambiental. Aliás, está aumentando a cisão ou ruptura entre os polos desse trilema (Martine; Alves, 2015, p. 434).

Segundo Martine e Alves (2015) no modelo malthusiano (Thomas Robert Malthus - viveu de 1766 a 1834), a população tendia a crescer em progressão geométrica em função de uma suposta correlação direta entre fecundidade e renda. Nesta visão, se a pobreza fosse reduzida haveria uma “explosão populacional”, pois as pessoas se casariam mais cedo, teriam mais crianças e mais filhos sobreviventes devido à redução da mortalidade infantil, além do aumento da expectativa de vida. Como Malthus se opunha ao planejamento familiar e ao aborto, o controle da população

deveria ocorrer via crescimento das taxas de mortalidade (“freio positivo”) ou aumento da idade ao casar (“freio preventivo”). Entre os críticos do malthusianismo, Karl Marx (1818-1883) se destacou, especialmente ao rebater a suposta necessidade de um salário de subsistência para manter a população sob controle, pois o valor do “salário de subsistência” depende, fundamentalmente, do grau de exploração do trabalho. Para Karl Marx as questões demográficas e sociais seriam resolvidas por uma “revolução social” capaz de garantir aos trabalhadores os frutos do seu próprio trabalho. As questões ambientais, da biocapacidade e da biodiversidade não fizeram parte das preocupações centrais de Malthus e nem de Marx. Nesta mesma época, um dos precursores na consideração da relação entre população, desenvolvimento e ambiente foi John Stuart Mill (1806-1873), que publicou o livro “Princípios de economia política” em 1848:

Antecipando de maneira clara o debate atual, ele escreveu no capítulo VI, do livro IV, que o crescimento ilimitado do Produto Interno Bruto (PIB) e da população seria, no longo prazo, uma impossibilidade histórica e que o “Estado estacionário” deveria prevalecer, mais cedo ou mais tarde, no mundo. O autor observou que, assim como o planeta, o crescimento econômico e populacional também tem limites. Por isso, Mill foi inovador ao ver, de maneira afirmativa, o fim do crescimento e da competição econômica desenfreada e ao defender a natureza (Martine; Alves, 2015, p. 436).

Realmente a humanidade tem vivido enormes avanços durante os últimos 50-70 anos, mas é perceptível o rápido agravamento dos grandes problemas ambientais. As grandes dúvidas que surgem com relação ao progresso humano recente podem ser resumidas em dois tipos: 1. A humanidade vai conseguir continuar nessa mesma trilha de progresso indefinidamente? 2. Este progresso poderá ser estendido para toda a população mundial? A resposta a estas questões passa pela trajetória presente e futura do que foram considerados, na Conferência Rio+20, os três pilares, ou tripé do desenvolvimento sustentável - o econômico, o social e o ecológico (Martine; Alves, 2015, pp. 440-441).

Concluindo sobre economia, sociedade e meio ambiente: É preciso: criar um forte decrescimento econômico; diminuir o grau de desigualdade existente entre e dentro dos países; continuar reduzindo a pobreza; diminuir as desigualdades sociais e; diminuir o crescimento da economia. Por isso, é impossível que esse modelo, tal

como o conhecemos, mantenha de pé as três bases do tripé da sustentabilidade, hoje transformados em um trilema.

Abaixo apresentamos as questões do Estudo Dirigido em dupla a ser feito sobre o texto 2 “Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?” dos autores: G. Martine; J. E. D. Alves.

1. Por que os autores afirmam que existem grandes embates históricos sobre população, desenvolvimento e meio ambiente?
2. Durante os últimos 50-70 anos ocorreram enormes avanços da humanidade e grande progresso socioeconômico, porém, também se consolidou um agravamento de graves problemas ambientais em nosso planeta. Como os autores tratam essas relações entre progresso socioeconômico e o desenvolvimento sustentável?
3. O desequilíbrio entre as atividades humanas e o meio ambiente tem aumentado persistentemente criando a ameaça do caos ecológico. Nessa perspectiva o que seriam as mudanças climáticas, como surgiram e quais seus prováveis impactos?
4. O crescimento econômico atual exige aumento constante de produção e consumo. Como a ampliação desse consumo consegue deixar perceptível a insustentabilidade do desenvolvimento desigual no planeta?
5. Uma das primeiras sugestões que se costuma fazer em relação aos grandes problemas ambientais é a necessidade de reduzir o tamanho populacional e o seu ritmo de crescimento via ampliação de programas de planejamento familiar. Apresente os cinco pontos discutidos pelos autores que colaboram para entendermos essa questão complexa e muito importante para esse debate.

Parte III**Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo:****Raízes Teóricas e Precisões Conceituais**

A Parte III desta apostila tem o objetivo de discutir sobre o conceito de novo-desenvolvimentismo no sentido de esclarecer suas raízes teóricas, contribuir para o desenho adequado das políticas públicas prescritas ou indicadas para o desenvolvimento do país. O interesse crescente pelo tema desenvolvimentismo, após três décadas de arquivamento acadêmico do mesmo, em vista da hegemonia ortodoxa neoliberal, é uma espécie de prenúncio (Mollo; Fonseca, 2018, p. 61).

Para essa introdução ao Desenvolvimentismo e ao Novo-desenvolvimentismo apresentamos abaixo alguns conceitos, palavras e implicações que precisamos nos aproximar:

- Desenvolvimentismo: Foca na industrialização como meio para superar o subdesenvolvimento, promovendo uma transformação estrutural das economias.
- Novo-desenvolvimentismo Surge como uma atualização do desenvolvimentismo, adaptando-se às novas realidades econômicas globais e locais.
- Alternativas às Políticas Neoliberais: Reflete a busca por estratégias que promovam não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social e a sustentabilidade.
- Importância da Distribuição Justa: Essas teorias enfatizam a necessidade de políticas que assegurem uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada.
- Raízes Teóricas: Exploração das bases teóricas do desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo, incluindo seus principais influenciadores.
- Críticas: Análise das críticas direcionadas a essas abordagens, incluindo desafios enfrentados e limitações percebidas.
- Políticas Propostas: Discussão sobre as políticas que emergem dessas teorias e como podem ser implementadas para fomentar o desenvolvimento.

- Desafios Enfrentados: Identificação dos principais desafios que essas abordagens enfrentam no contexto econômico contemporâneo.

Cabe, logo de início, conceituar o que é desenvolvimentismo, pois já a algumas décadas existe bibliografia tratando da temática e uma multiplicidade de usos e acepções em que o termo é empregado.

Segundo Bielschowsky (1988, p. 7), o desenvolvimentismo pode ser definido como a “ideologia de transformação da sociedade brasileira” assentada em um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, sob o entendimento de que esta não adviria pela espontaneidade das forças de mercado, ou seja, seria indispensável a atuação do Estado como indutor, agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto. [...] Fonseca (2004, p. 226), ao analisar tanto o pensamento como as políticas econômicas que constituíram a experiência histórica brasileira dos governos considerados desenvolvimentistas, concluiu que três elementos sempre constituíram um “núcleo duro” comum às várias manifestações, que são a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro e sempre o subordinando a um “projeto nacional” (Mollo; Fonseca, 2018, p. 63).

Não há como fazer esse debate sobre Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo sem pensar na atuação do Estado como indutor, agente planejador do desenvolvimento. Autores desenvolvimentistas têm sido historicamente ligados, do ponto de vista teórico, aos clássicos e a Marx, à macroeconomia keynesiana e à teoria estruturalista latino-americana. Embora isso seja mais ambíguo e discutível em Adam Smith e, mais ainda, em David Ricardo, em cada uma das outras visões mencionadas, em maior ou menor grau e de maneira mais ou menos explícita, a aceitação de um papel estimulador efetivo do Estado marca diferença com relação à ortodoxia neoliberal. O que se pode ponderar, em adição, é que cada abordagem defende a intervenção por diferentes razões, daí resultando medidas de política econômica de alcance e magnitudes diversas (Mollo; Fonseca, 2018, p. 65).

O novo-desenvolvimentismo representa uma adaptação do desenvolvimentismo clássico, buscando responder às novas realidades econômicas e políticas do mundo contemporâneo. O novo-desenvolvimentismo defende um governo que mantenha a responsabilidade fiscal, fortaleça as instituições e crie um ambiente propício para investimentos. Diferentemente do foco em substituição de importações do desenvolvimentismo, o novo-desenvolvimentismo prioriza a competitividade das

nações no mercado global. Além do crescimento econômico, o novo-desenvolvimentismo se compromete com a justiça social, promovendo políticas que beneficiem toda a população.

Tratamos abaixo de alguns elementos presentes na relação entre poupança e investimento no novo-desenvolvimentismo:

1. Papel da Moeda e do Crédito: O crédito é visto como um instrumento vital para estimular a atividade econômica, ajudando a superar a preferência pela liquidez que pode restringir investimentos.
2. Perspectiva Keynesiana: Argumenta que o investimento pode preceder a poupança, sendo viabilizado pelo crédito, o que pode levar a um maior dinamismo econômico.
3. Impacto nas Políticas Macroeconômicas: Este debate é essencial para a formulação de políticas que promovam um crescimento econômico robusto, mantendo a estabilidade financeira e a equidade social.
4. Financiamento Interno: A ênfase no financiamento interno é crucial para evitar o endividamento externo excessivo, promovendo uma economia mais estável e sustentável.

Conclusões sobre Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo: Um Estado ativo e eficiente é crucial para promover o desenvolvimento econômico e estrutural, garantindo que as políticas atendam às necessidades da sociedade; É necessário implementar políticas públicas que busquem um equilíbrio entre o crescimento econômico e a estabilidade financeira, promovendo um desenvolvimento inclusivo; Uma estratégia nacional deve coordenar as políticas fiscal, monetária e cambial para garantir um desenvolvimento sustentável e eficaz; Os formuladores de políticas públicas devem considerar as lições históricas e as adaptações necessárias para enfrentar os desafios atuais, garantindo que o desenvolvimento beneficie todas as pessoas.

Parte IV

O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável

É inegável que os temas terceiro setor / ONGs⁴ e desenvolvimento sustentável entraram na agenda de debates político-sociais da sociedade brasileira em geral. Atualmente existe muita informação e muitos estudos sobre o terceiro setor e por isso iniciaremos falando da definição de terceiro setor e de elementos que demonstram sua importância no Brasil: O terceiro setor é formado por instituições “sem fins lucrativos” que atuam em diversas áreas sociais, complementando as ações do Estado e do mercado; A gestão pública se beneficia da existência do terceiro setor, pois essas instituições ajudam a implementar políticas públicas e a atender demandas sociais específicas, muitas vezes de forma mais ágil e eficaz; A partir dos anos de 1980, o terceiro setor se fortaleceu no Brasil como resposta a crises sociais, contribuindo para o fim da Ditadura Militar, ampliando sua atuação e seu reconhecimento na sociedade; O terceiro setor promove práticas sustentáveis e a conscientização ambiental, desenvolvendo projetos que visam a preservação dos recursos naturais e a responsabilidade social; O terceiro setor atua em muitas áreas e também em algumas onde o Estado e o mercado deixam falhas ou nunca atuaram, como na assistência social, na saúde, na educação, no meio ambiente, na inclusão de grupos marginalizados e em comunidades e territórios de difícil acesso, garantindo direitos básicos e promovendo cidadania.

O terceiro setor afirma ser formado por instituições “sem fins lucrativos”, mas segundo Andrade (2010) numa sociedade de mercado como a nossa, reina a desconfiança quando se fala na existência de instituições não lucrativas. O Estado possui instituições governamentais lucrativas e outras não lucrativas (que não visam lucro), visto que ele atua com a noção de direitos e assim grande parte de seus serviços são financiados por toda a sociedade, por meio de impostos, taxas, etc., e não diretamente por aquele que recebe a sua atenção. Importante lembrar que o Estado brasileiro também é empresário, ou seja, possui empresas estatais ou é sócio em empresas de economia mista que visam lucro, mas este aspecto dele não

⁴ Organizações Não Governamentais.

será discutido neste texto. A principal característica de as instituições do terceiro setor serem não lucrativas advém do fato de não explorarem a mais valia alheia como as empresas e nem recolherem impostos e taxas sobre a mais valia produzida pela sociedade como o Estado.

A colaboração entre a gestão pública e o terceiro setor é essencial para criar um ambiente de trabalho sinérgico que beneficie a sociedade como um todo. A gestão pública é vital para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e que as necessidades da população sejam atendidas de forma adequada. Estabelecer parcerias com organizações do terceiro setor potencializa os resultados das políticas públicas, resultando em soluções mais inovadoras e eficazes.

Entretanto, cabem contrapontos, por exemplo, quanto ao pensar no terceiro setor como instrumento de desresponsabilização do Estado, na medida em que o foco é a responsabilização da sociedade como um todo para as questões que a ela são inerentes. Assim como cabe, igualmente, contrapor a ideia de que terceiro setor constitua-se num novo padrão para a função de resposta à questão social, na medida em que a questão social deva ser enfrentada pelo conjunto da sociedade e não por um setor específico.

Pertence sim ao terceiro setor, em grande parte, a possibilidade de ser espaço de discussão, aprendizagem e articulação no enfrentamento não apenas da questão social e suas expressões, mas também das questões econômicas e ambientais tal qual propõem as reflexões sobre o desenvolvimento sustentável ... (Amaral; Cosac, 2009, p. 93).

Segundo Amaral; Cosac (2009) uma instituição de interesse público deve orientar-se pelas políticas públicas e pautar suas ações para garantir os direitos, cumprir a legislação em todos os níveis e atuar na transparência necessária ao bom desenvolvimento do bem comum. Desta forma, a gestão das instituições deve também assegurar adequado dimensionamento entre a presença da ação voluntária e a equipe de profissionais remunerados que são necessários para a garantia da qualidade técnica exigida em seu campo de atividade. A atuação em instituições de interesse público não deve ser sinônimo de baixa qualidade na execução das atividades, ao contrário, a qualidade de sua intervenção deverá ser a expressão da sustentabilidade. Deve, ainda, mostrar-se competente para monitorar e avaliar as próprias ações e garantir a devida prestação de contas dos recursos financeiros que mobilizou.

Não se pode negar que o terceiro setor também contém instituições genuinamente orientadas para o interesse público no sentido mais abrangente e promovem,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Escola de Serviço Público do Espírito Santo - Esesp

diariamente, ações relevantes para a concepção de desenvolvimento sustentável. Torna-se imprescindível canalizar recursos e atenção no mapeamento e tipificação das instituições, criando condições para discernir sobre seus resultados. É importante criar condições para que o terceiro setor não seja considerado como único caminho a ser seguido, na medida em que deve, de fato, representar a pluralidade presente em nossa sociedade (Amaral; Cosac, 2009, p. 93). Dessa forma, o terceiro setor ao atuar em políticas públicas deve ser complementar às ações do Estado e não um substituto dele.

Parte V

Gestão pública e sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades

Para que ações de sustentabilidade sejam efetivamente inseridas no dia a dia da sociedade, elas precisam ser trabalhadas em níveis grupais cada vez menores, a fim de que as cidades, e as sociedades espalhadas ao redor do planeta possam ter orientação para a prática diária. O grande desafio para a administração pública está em desenvolver modelos de gestão, que alinhem suas missões e objetivos às responsabilidades em querer preservar o meio ambiente. Este texto tem como objetivo conceituar gestão pública e sustentabilidade a fim de demonstrar a aproximação entre esses dois conceitos que devem estar amplamente interligados. Para o entendimento desses conceitos torna-se importante: a) esclarecer os conceitos, que muitas vezes são apontados como sinônimos, mas que possuem sentidos diferentes, o que traz a importância de uma abordagem conceitual e histórica, a partir da diversidade de sentidos e ações envolvidas nesse debate; b) refletir sobre os desafios e as ações educativas na gestão pública ao atuar no caminho da sustentabilidade (Goes; Morales, 2013, p. 200).

A gestão pública é de extrema importância para sua população, pois é ela quem define os caminhos a seguir para poder fazer com o que município cresça e se desenvolva. O modelo de gestão pública foi inspirado na gestão de empresas privadas, consolidando-se na diferença de que se é defendido o interesse público em primeiro plano. Com isso primeiramente é dado prioridade às necessidades da população e seus interesses para que sejam tomadas decisões [...]

Segundo Lima (2007), o termo gestão pública pode ser conceituado como atos administrativos sendo classificados por processos como: planejamento, programação orçamentaria, execução, controle e avaliação das políticas que vise à concretização de políticas públicas, diretas ou indiretamente, por organizações públicas ou privadas (Goes; Morales, 2013, pp. 200-201).

Segundo Goes; Morales (2013) as cidades apresentam inúmeras dificuldades, entre elas, aquelas voltadas para questões sócio ambientais. A gestão pública precisa desempenhar um papel relevante voltado para todos os segmentos da sociedade e buscar a reflexão sobre soluções que permeiem a sustentabilidade. Sendo assim, as estratégias de desenvolvimento urbano acabam passando pela discussão de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, que agregue a promoção econômica junto com a preservação/conservação ambiental e a participação social.

Para que possamos ter uma melhor compreensão da diferença entre “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” é preciso dizer que “sustentabilidade” é um tripé que articula três pilares: econômico, social e ambiental, enquanto que “desenvolvimento sustentável” é o que nos leva a olharmos mais a frente, dentro do desenvolvimento e crescimento com vistas ao futuro, para construirmos soluções, para que nosso planeta e nossos recursos se mantenham estáveis para as próximas gerações. Analisando que moramos em sociedade, essa percepção de sustentabilidade deve ser analisada regionalmente, ou definida por cidade (no nível local) podendo assim fazer repensar e desenvolver melhor programas, projetos e ações de conscientização para cada município observando suas particularidades. Nesse sentido, no campo da educação ambiental ao tentar fugir do compromisso desenvolvimentista e aliar-se ao respeito às culturas tradicionais e a valorizar o compromisso individual, adota a expressão “sociedades sustentáveis” (Goes; Morales, 2013, p. 205).

Estamos falando de “sustentabilidade”, de “desenvolvimento sustentável” e que as ações de “sustentabilidade” precisam acontecer nas cidades (no nível local). A chamada “cidade sustentável” foi/será projetada ou foi/será (RE) projetada considerando os impactos socioambientais, respeitando todos os padrões de consumo, respeitando o uso dos recursos naturais, respeitando a biodiversidade dos ecossistemas, respeitando os direitos das futuras gerações e em consenso com todas as empresas, instituições e cidadãos/ãos.

Um dos municípios que vem desenvolvendo práticas sustentáveis é a cidade de Londrina no Estado do Paraná com uma população de mais de 500 mil habitantes. O projeto de reciclagem da cidade é feito de forma a estimular os cidadãos a realizarem de forma eficiente, mas também economizando na compra de alimentos, pelo projeto “Cesta verde”, lançado em 2011, em parceria da Secretaria Municipal de Agricultura. O programa consiste na troca de lixo reciclável por alimentos orgânicos. Todas as sextas-feiras os bairros pré-estabelecidos recebem a equipe da prefeitura que era responsável por fazer a troca, assim também transmitindo o conceito de práticas sustentáveis, além de ações em forma de palestras nos bairros por meio de lideranças comunitárias no município. A cidade já recebeu prêmios nacionais e internacionais como o “selo catador” que é um prêmio que o Ministério do Meio Ambiente mostra o reconhecimento de locais com destaque na contribuição para o desenvolvimento sustentável e, ainda, o município de Londrina foi convidado a apresentar seu modelo de gestão na França (Goes; Morales, 2013, p. 207).

Segundo Goes; Morales (2013) outra possibilidade de repensar as práticas cotidianas são instrumentos de avaliação de impacto. A ferramenta denominada

Ecological Footprint Method, em português “Pegada Ecológica”, corresponde a um indicador tanto analítico, quanto educacional, pois ela analisa não apenas a sustentabilidade das atividades humanas, mas também gera contribuição para consciência pública por dar visibilidade aos problemas ambientais. O conceito de “Pegada Ecológica” se baseia na ideia de que para cada item material ou energia consumida, uma certa quantidade de área de terra produtiva e ecossistemas aquáticos são necessários para produzir os recursos que foram consumidos e para assimilar os resíduos produzidos por dada população, sob determinado estilo de vida. Um dos componentes mensurados na “Pegada Ecológica” é o carbono, mais conhecido como “Pegada do carbono”, que mede o total das emissões de gases de efeito estufa causados diretamente e indiretamente por um indivíduo, instituição, evento ou produto, contribuindo na análise quantitativa nos impactos causados, a partir do espaço físico e do consumo.

Práticas de sustentabilidade nos municípios devem virar rotina numa gestão pública. Para tanto, atividades educacionais voltadas à questão socioambiental podem contribuir para as práticas dos cidadãos nos seus municípios. [...] Os órgãos como a ONU, UNESCO em parceria com ministérios e com o governo tentam por meio de projetos e programas sensibilizar os gestores públicos da importância da sustentabilidade na administração. É de extrema importância que os municípios por meio dos seus gestores se inscrevam e participem, buscando certificações e reconhecimento, desta forma também provando a sociedade que se está conseguindo alcançar os objetivos e, para tanto, alguns indicadores de sustentabilidade podem ser adotados para proporcionar melhores caminhos a serem seguidos (Goes; Morales, 2013, pp. 209-210).

Referências

Amaral, Roberto Galassi; Cosac, Claudia Maria Daher. O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 18, n. 2, p. 81-106, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/131/178>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Andrade, Renato Almeida de. A influência dos modos de custeio na ação do prestador privado de serviços socioassistenciais: (O caso de cinco municípios da região metropolitana da grande Vitória). Doutorado em Serviço Social. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo. 2010. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17469>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Martine, George; Alves, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 433-460, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/pXt5ZtxqShgBKDJVTDjfWRn/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Goes, Gustavo Antiqueira; Morales, Angélica Gois. Gestão pública e sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades. 2013. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*. 9(4):199-212. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/266559966_Gestao_publica_e_sustentabilidade_desafios_acoes_e_possibilidades. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Mollo, Maria de Lourdes Rollemberg; Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisoões Conceituais. In: Ruesga, Santos Miguel; Cunha, André Moreira; Bichara, Julimar da Silva; Haines, André Ernesto Ferrari. *Estado, sociedade e mercado: novas perspectivas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184838>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.



Nações Unidas. O futuro que queremos. Rio+20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/index.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda_2030.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

Romeiro, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Revista Estudos Avançados 26 (74), 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F9XDcdCSWRS9Xr7SpknNJPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.